

**ÁGUA DE BEBER,
ÁGUA DE SONHAR:
INFRAESTRUTURAS,
URBANIZAÇÃO E
MOBILIZAÇÃO SOCIAL
PELO FÓRUM DAS
ÁGUAS AMAZONENSE**

PEDRO PAULO DE MIRANDA ARAÚJO SOARES

RESUMO: Na cidade de Manaus, a água é um componente significativo da vida social. Entrelaçando modos de vida e trajetórias de seus habitantes, a água também desencadeia processos de mobilização social. Este trabalho segue os trajetos do Fórum das Águas Amazonense, formado em 2012 por coletivos conectados por problemáticas ligadas ao acesso democrático à água e à defesa dos ecossistemas hídricos urbanos. As situações observadas junto ao fórum remetem aos processos de formação dos bairros populares em Manaus, nos quais a escavação de poços, criação de sistemas de abastecimento de água e intervenções sobre as infraestruturas existentes são formas de exercer autonomia sobre os territórios, evocando os gestos fundadores dos lugares. Nesse sentido, a água conecta as materialidades das infraestruturas que abastecem as casas com a imaginação de seus habitantes sobre cidades possíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização; infraestruturas; mobilizações sociais; cidades amazônicas; Fórum das Águas Amazonense.

Introdução

Manaus é uma cidade definida e percebida pelos seus habitantes a partir das águas. Ao menos é assim que a entendo, mesmo vindo de outra metrópole amazônica, que um dia também foi chamada de “flor das águas” (Moreira, 1966). Manaus, no entanto, é para mim hipérbolo. Seu referencial de localização é o encontro do rio Negro com o rio Solimões. O regime de chuvas é um componente significativo da vida social na cidade, quando a estação das cheias e a estação da seca (ambas atingindo patamares extremos nos últimos anos) delimitam as formas de habitar na cidade (Areb, 2022), de caminhar pelo centro inundado, de se deslocar pelos rios da região, de perceber a oferta e a escassez de alimento, de vivenciar as flutuações de preço nas mercadorias e de observar a sazonalidade dos frutos e outros cultivos.

A água também aparece articulada a desastres socionaturais, como as inundações urbanas e os deslizamentos de terra que atingem os mais pobres (aqueles que vivem nas chamadas “áreas de risco”). Na mesma linha, o elemento hídrico é veículo de processos ferais (Tsing, 2021), a exemplo da alta incidência de doenças de veiculação hídrica e do transporte dos resíduos sólidos urbanos que se amalgamam ao solo e às raízes das matas ciliares dos igarapés da cidade.

A água também remete a experiências de cidade com clivagens de classe e de geração quando consideramos, por exemplo, as sociabilidades, as liminaridades e a construção de fronteiras simbólicas nas regiões de *rip-rap*¹ (Corrêa, 2022). Ao mesmo tempo, a experiência de

1 Conforme explica Corrêa (2022), *rip-rap* é um termo utilizado na engenharia para se referir a uma técnica de drenagem de cursos d'água. Ela consiste em posicionar sacos de areia nos taludes dos igarapés, de modo a conter erosões e manter o seu curso. O trabalho de Corrêa (2022) sobre a transformação de igarapés em *rip-rap* em Manaus discute como essas intervenções reproduzem desigualdades e marginalização entre as comunidades afetadas. À medida que são incorporadas à malha urbana pela intervenção do *rip-rap*, o que antes era visto como problema ambiental ou habitacional passa a ser lido como um “lugar perigoso”. O estigma do local é acompanhado pela permanência do curso d'água como elemento poluído e poluidor, ainda que precariamente urbanizado.

geração é evocada quando se imagina — e se rememora — a Manaus dos balneários públicos, das cachoeiras e dos banhos² refrescantes de igarapé que existiram em alguns lugares até as décadas de 1980 e 1990, antes da poluição provocada pela expansão da cidade em direção às suas florestas, combinada à ausência de políticas públicas de habitação e saneamento. Mas a água também segue sendo compartilhada nas torneiras públicas dos bairros, desvelando a memória dos processos de ocupação e das escavações de poços e cacimbas³ que fundam os territórios populares. Em Manaus, a imaginação material da água (Bachelard, 2013) convida a percorrer canos de PVC, poços, cacimbas, bombas hidráulicas, rios e igarapés, com suas histórias de obstrução e circulação. Nesse sentido, sonhar a água é sonhar a cidade.

A água também desencadeia processos de mobilização social (Cefai, 2009), tema deste artigo. Desde 2023 tenho participado das ações de movimentos sociais em Manaus, por meio de um trabalho de campo fragmentado e descontínuo, onde se misturaram ativismo político, interesses de pesquisa, colaborações esporádicas e ações de extensão universitária. Essas atividades incluíram o acompanhamento das mobilizações políticas que perpassam a produção de um problema público e de sujeitos políticos em Manaus envolvendo a água, em especial a questão do saneamento ambiental. Aqui pude identificar duas redes de mobilização distintas, porém não concorrentes.

A primeira é a que chamo de “ambientalista”, com bastante adesão de camadas médias, articulada em torno de lideranças comunitárias carismáticas e moradores de vizinhanças recortadas por igarapés e suas nascentes. A segunda identifiquei como “a rede da reforma urbana”, cujas reivindicações giram em torno de políticas

2 Sobre a memória dos banhos em Manaus, ver o trabalho de Rita Mariê (2017).

3 Cacimbas são estratégias populares de abastecimento de água, que consistem em perfurações no solo em pequena profundidade, perto de igarapés.

públicas setoriais, como habitação, saneamento, mobilidade e regularização fundiária. Essa segunda rede se encontra articulada ao Fórum Nacional da Reforma Urbana, a associações como a Habitat para a Humanidade Brasil e a ONG Sares (Serviço Amazônico de Reflexão e Educação Socioambiental, ligada aos jesuítas), além de movimentos sociais, como a Central de Movimentos Populares, a União Nacional por Moradia Popular e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Vejo a origem do Fórum das Águas Amazonense atrelada à “rede da reforma urbana”, mas também aglutinando atores da rede “ambientalista”.

Este artigo reflete sobre processos provocados ou presenciados pelo Fórum das Águas na mobilização pelo direito ao saneamento e ao acesso à água em Manaus. Veremos que o fórum produz incidência política em torno de si próprio, produzindo o seu público, ao mesmo tempo que desencadeia processos de escuta e de mobilização de outros coletivos que estão imersos em conflitos relacionados à água ou atuam pelo direito à água em Manaus. Identifico as mobilizações do fórum a processos de fazer cidade. Como apontou Teresa Caldeira (1984) em trabalhos clássicos, a luta pelo saneamento e outras políticas urbanas incide nas estratégias locais de consolidação dos processos de urbanização no Brasil com a formação de comunidades e bairros populares. Trata-se de experiências que, em grande parte, remetem à trajetória da antropologia urbana brasileira, ao menos aquela construída nas intersecções entre cidade e política (Rocha e Eckert, 2013). Nesse sentido, as experiências observadas no Fórum das Águas dão destaque ao cenário amazônico.

Ao falar sobre saneamento em Manaus, este texto alinha-se à proposta de Thomas Cortado (2022) acerca de uma antropologia da urbanização, isto, é dos processos sempre inacabados, descontínuos e desiguais de fazer cidade, no qual participam diversos agentes como aqueles vinculados ao Estado, à iniciativa privada e, sobretudo, aos habitantes da cidade que acompanham e experimentam as transformações urbanas no cotidiano. Os cidadãos, principalmente aqueles que moram nos bairros periféricos e de baixa renda, são muitas vezes os responsáveis pela urbanização de seus espaços de convivência,

mobilizando a instalação por conta própria das infraestruturas que criam os bairros e que valorizam suas moradias.⁴

Sobre o tema das infraestruturas, apoio-me em Larkin (2020), para quem infraestruturas são redes que transportam matéria e conectam pessoas e lugares, tornando a vida cotidiana possível. São compostas por uma política, indicando práticas de governo e relações de poder, mas também por uma poética, dadas as possibilidades de estetização do mundo e fruição (ou aversão) de suas qualidades sensoriais e afetivas. Quando se trata das infraestruturas urbanas ligadas à água, este trabalho se inspira nas reflexões de Pierobon (2021) e Pierobon e Fernandes (2023), que examinam processos e estratégias usadas por moradores — em sua maioria, mulheres —, para fazerem a água circular em suas comunidades, em contextos nos quais a presença de infraestruturas de água não garante seu funcionamento. Assim, as autoras indicam que infraestruturas podem ser formais ou informais e ter componentes visíveis e invisíveis, assim como inorgânicos e orgânicos. Nesse sentido, pessoas também podem ser infraestruturas (Simone, 2004) que atuam nos processos de fazer cidade de forma heterogênea, regular e autônoma, sobretudo como resposta à precariedade dos poderes públicos e dos serviços prestados.

O capítulo está dividido em três partes, além desta introdução. Primeiro, considero a trajetória do Fórum das Águas (que também chamaremos de FdA) e sua inserção no contexto das políticas públicas de saneamento em Manaus. Depois, escrevo sobre diferentes experiências com as infraestruturas de água nessa cidade, a partir de ações de incidência política nas quais estive presente com o fórum, quando diálogos com comunidades e suas lideranças enriquecem o acervo de dados dessa instituição, sobre a situação do saneamento na cidade, ao mesmo tempo que dados de pesquisa são produzidos e compartilhados dentro da rede. Para concluir, reflito

4 A diferença entre a abordagem de Cortado (2022) e Caldeira (1984) é a ênfase do primeiro nos aspectos materiais e infraestruturais do processo de urbanização, enquanto a segunda deu mais atenção às ideias e modos de vida.

sobre a relação entre mobilização social e processos de fazer cidade, tendo em vista seu lugar para as práticas e reflexividades de uma antropologia da urbanização.

O Fórum das Águas

Em sua tese de doutorado, Sandoval Alves Rocha explica como se deu seu envolvimento no campo de pesquisa, o que incluía a construção do debate público sobre saneamento em Manaus e, consequentemente, a criação do Fórum das Águas:

A minha inserção neste cenário ocorreu durante os anos 2012 e 2013, quando morei naquela cidade, integrando a equipe do SARES (Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental), instituição formada pela parceria entre a Companhia de Jesus, o Instituto Missionário da Consolata e a Arquidiocese de Manaus. Vinculado ao SARES, me foi atribuída a tarefa de assessorar o recém-fundado Fórum das Águas de Manaus, que buscava apoio para realizar as suas atividades de luta pela universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade, questionando a privatização destes serviços (Rocha, 2019, p. 17).

Padre jesuíta de origem cearense, Sandoval chega a Manaus em 2012. Ele se insere nas discussões sobre políticas públicas por meio das redes religiosas e, sobretudo, por meio do Sares, cujas articulações permitiram o desenvolvimento das atividades do Fórum das Águas a partir de financiamento direto da Companhia de Jesus e de editais externos. Ele prossegue, contextualizando como o “campo” capturou sua atenção e subjetividade:

Importa demorar um pouco mais neste momento, uma vez que diz respeito ao meu primeiro contato com o tema deste estudo. Esta vivência na cidade despertou as perguntas “por que” e “como” era possível persistir o problema do desabastecimento em um contexto

de grande disponibilidade de água doce, e, ademais, em uma cidade, onde a produção de riqueza econômica era tão alardeada pelos meios de comunicação. Tratava-se do primeiro estranhamento diante de uma situação, que não havia outra forma de qualificar senão como uma grande contradição e ao mesmo tempo um enorme desafio a ser superado pela sociedade local. Contradição também percebida e vivida pelos moradores da cidade, que reagiam com indignação perante a inércia dos líderes políticos que administravam a cidade (Rocha 2019, p. 17).

No trecho acima — para além do aspecto vocacional e hierárquico que aparece anteriormente na expressão “me foi atribuída a tarefa” —, Sandoval revela que a realidade de Manaus lhe provocou estranhamentos e que, ao fim, foi afetado pelo campo de pesquisa e se viu mobilizado, isto é, engajado em um “devir coletivo e público de um fluxo de experiência” (Cefaï, 2009, p. 26). O trabalho pelo Fórum das Águas acabou resultando em uma tese de doutorado em ciências sociais pela PUC-Rio, referência sobre os efeitos da privatização dos serviços de saneamento no Brasil.⁵ Atualmente, Sandoval Rocha é coordenador do Fórum das Águas Amazonense, executando ações do coletivo em parceria com movimentos sociais, associações de bairro e instituições de ensino superior como a Ufam e a UEA.

As contradições referidas por Sandoval estão expressas, por um lado, nos números do saneamento ambiental em Manaus e, por outro, nas experiências de moradores da cidade com os serviços pelas concessionárias privadas responsáveis pelo abastecimento de água e pela coleta/tratamento de esgoto. Em uma cidade com estimados 2,064 milhões de habitantes, cerca de 93.743 residências não têm abastecimento de água e 177.880 domicílios não possuem conexão com a rede de esgotamento sanitário. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (Sinisa, que informa o IBGE), 26% da cidade não têm acesso à coleta de esgoto.

5 Em razão disso, inclusive, uma das pautas defendidas pelo Fórum das Águas é a reestatização e remunicipalização do saneamento em casos como o de Manaus.

Os números, no entanto, precisam ser examinados criticamente. O Sinisa, por exemplo, considera que há abastecimento de água quando há rede disponível, excluindo de seus números outras estratégias de obtenção de água para uso doméstico, como os poços e as cacimbas, que são comuns na região. Do mesmo modo, esses dados também consideram que haja esgoto onde foram instaladas redes de esgoto, sem conferir se as residências estão conectadas a essas redes. Nesses casos, os números são fornecidos pelo município e/ou pela empresa concessionária dos serviços de água e esgoto.

Em visita à Estação de Tratamento de Esgoto da concessionária no bairro de Educandos, durante as atividades de uma disciplina que ministrei no bacharelado em ciências sociais da Ufam, o grupo foi informado pelos funcionários no local que aquela estação operava 50% abaixo de sua capacidade. Os trabalhadores explicavam que isso acontecia porque, mesmo com a rede coletora de esgoto disponível, moradores de diversas áreas se recusavam a conectar suas residências à rede. No entanto, a conexão implicava gastos (uma taxa de cerca de R\$ 1.200,00) e implicaria o tipo de obra geradora de transtornos para as famílias. Em outra ocasião, quando acompanhei uma audiência pública realizada no dia 31 de março de 2025, na Câmara dos Vereadores o objetivo da ausência era discutir os valores cobrados nas tarifas de água e de esgoto em Manaus —, ficou evidente que a empresa passava a cobrar taxas de coleta de esgoto após instalar a rede nos logradouros, mesmo que as residências não estivessem conectadas.

Assim, a subestimação dos números do abastecimento de água na cidade legitima o controle da empresa sobre novos mercados onde antes havia — como veremos no decorrer do artigo — estratégias de gestão da água de base comunitária sem a presença das redes da concessionária. Ao mesmo tempo, os números do esgotamento sanitário justificam os investimentos da empresa na instalação de novas redes, mesmo que não haja conexão com as residências, o que serve, em último caso, para gerar discursos sobre a responsabilização individual das famílias cuja residência não é ligada às infraestruturas de esgoto. Esses exemplos são bons para pensar não apenas

como os números do saneamento podem se constituir a partir de relações de poder assimétricas e de critérios diversos, mas também como produzem efeitos e estabelecem as histórias que depois são contadas sobre a cidade, seus moradores e a empresa concessionária.

O processo de privatização do saneamento em Manaus se consolidou ainda no ano 2000. No decorrer de 25 anos, quatro empresas⁶ assumiram os serviços de água e esgoto na cidade. A trajetória turbulenta do saneamento privado em Manaus também é marcada por três Comissões Parlamentares de Inquérito, ocorridas em 2005, 2012 e 2023, quando se questionou publicamente a baixa qualidade dos serviços prestados, bem como cobranças abusivas, irregularidades e não cumprimento das metas do contrato de concessão, algumas vezes acarretando sua dissolução (Rocha, 2019). A atual concessionária é a Aegea Saneamento, grande empresa do ramo, localmente conhecida como “Águas de Manaus”. Ela opera no município desde 2018.

O Fórum das Águas foi criado em 2012 a partir das mobilizações de movimentos sociais, ONGs, coletivos políticos e lideranças comunitárias que pressionavam a Câmara Municipal a instaurar a CPI ocorrida naquele ano. A criação do fórum no momento de uma CPI reflete as causas e condições para formação de uma “arena pública” (Cefaï, 2009), isto é, um “horizonte de possíveis” construído na produção de consensos sobre um problema que pode ultrapassar os interesses individuais, os papéis sociais e as convicções das pessoas. De fato, as entidades que compõem o Fórum das Águas têm muitos interesses e prioridades distintas. No entanto, a problemática da água se produz como algo capaz de aglutinar e conectar lutas diversas. Por exemplo: a remunicipalização do saneamento; a defesa dos igarapés urbanos; a luta por moradia de qualidade; o questionamento de taxas e multas abusivas cobradas pela empresa concessionária; a produção de dados e contranarrativas sobre a privatização do saneamento.

6 Lyonnaise des eaux – Suez (de 2000 a 2007), Solvi (de 2007 a 2012), Águas do Brasil (de 2012 a 2018) e Aegea Saneamento (de 2018 aos dias de hoje).

Atualmente, o fórum mobiliza-se a partir de algumas atividades, como a Romaria das Águas,⁷ a Tribuna das Águas,⁸ as oficinas nos bairros e um seminário anual. Além disso, realiza reuniões periódicas e ações regulares, como participar em manifestações e eventos específicos, escrever textos de incidência política, dialogar com os meios de comunicação locais e escrever um blog.⁹ Tenho acompanhado essas atividades a partir de um projeto de extensão envolvendo apoio aos processos de mobilização e organização social do Fórum das Águas por meio de assessoria técnica e acadêmica.

As oficinas nos bairros, que também podem ser entendidas como “trabalho de base”, são atividades nas quais uma equipe do FdA dialoga com moradores para compreender os desafios locais no acesso à água e ao saneamento, bem como os conflitos com a concessionária. Assim, ao mesmo tempo que o fórum realiza ações de incidência política, incluindo a difusão de informações sobre o direito à água e o estímulo à mobilização social dos moradores, também são construídos dados sobre a situação do saneamento em Manaus sob a perspectiva dos territórios visitados, abarcando nuances que fogem às cifras e narrativas numéricas já apresentadas. Sobretudo, observa-se a qualidade da água oferecida, as interrupções no abastecimento ao longo do dia, as cobranças de taxas abusivas e cortes arbitrários, além da distribuição diferencial das infraestruturas e de sua manutenção, como será mostrado mais adiante.

Quanto ao atendimento a demandas de atores externos, em 2024 o Fórum das Águas foi chamado a participar da Missão pelo direito à água e ao saneamento em Manaus, da organização Habitat para a Humanidade Brasil. Essa atividade, que acompanhei no fórum,

- 7 Ato político e ecumênico-religioso, no qual embarcações se dirigem ao encontro das águas entre os rios Negro e Solimões, e no qual se manifestam os coletivos que compõem o FdA. Na ocasião, é realizada uma cerimônia compartilhada entre membros de religiões cristãs e de matriz afro-brasileira.
- 8 Ação de incidência política que consiste na intervenção e ocupação de espaços públicos de Manaus, quando membros do Fórum das Águas realizam performances, fazem denúncias e discutem temas diversos.
- 9 É possível acessar o blog em: forumdasaguas.blogspot.com.

consistiu em uma série de visitas a territórios de Manaus para a escuta das pessoas e observação direta das condições de saneamento. A missão resultou em um relatório sobre Manaus construído de forma colaborativa entre os participantes da ação (Habitat para a Humanidade Brasil, 2024a) e em um relato de experiência (Soares, 2024). Os dois são, simultaneamente, processos de mobilização do Fórum das Águas, dados sobre saneamento construídos em diálogo com as comunidades, e memória das atividades do coletivo. Nesse sentido, a pesquisa torna-se, ela própria, ação do movimento e mobilização social.

Em um plano mais amplo, os dados produzidos pelo FdA compõem uma espécie de coleção de imagens, um acervo etnológico (Rocha, 2008) das relações entre cidade e água e, portanto, memória ambiental (Soares, 2021) em Manaus, por ser também memória das ações do Fórum das Águas. Assim, expressam-se em diferentes narrativas, trajetórias de vida e de mobilização política, bem como nos diferentes engajamentos e arranjos entre cidade e água.

O FdA consegue articular elementos da rede da reforma urbana e da rede ambientalista, porque sua perspectiva sobre a água considera a importância dos sistemas e dos ciclos hidrossociais.¹⁰ Em outras palavras, a água é lida como parte essencial de políticas públicas de saneamento que devem garantir seu fluxo pela cidade, possibilitando a continuidade da vida. Desse modo, a água também é vista como direito humano inegociável, não mercantilizável, cujo acesso deve ser universal, gratuito e de qualidade. A água, no entanto, também participa de um ciclo metabólico urbano dentro do qual o abastecimento é seguido do despejo das águas servidas, que, após a utilização, estão repletas de resíduos orgânicos, químicos e de patógenos. Logo, há necessidade de coleta e tratamento do esgoto, cuja ausência

10 Andrea Ballesterio (2019) alerta para os problemas envolvendo o termo *ciclo hidrossocial urbano*, que remete às fantasias do urbanismo modernista, supondo a livre circulação da água e ignorando suas interrupções, estagnações e transbordamentos. Uso o termo como forma de exercitar a imaginação sobre como a água circula — ou deixa de circular — na cidade, conectando atores, instituições, territórios e discursos.

incide sobre a saúde das pessoas, dos corpos hídricos e da fauna e flora locais. Por isso, a conservação dos ecossistemas urbanos, como as bacias hidrográficas, parques e fragmentos florestais — tão caros à rede ambientalista —, depende muito de como se dá o fluxo da água por entre as residências. Dito de outro modo, não há maneira de proteger a floresta sem tratar com seriedade os problemas da cidade. De um lado, para o fórum, água é saneamento e direito humano. Por outro, também é meio, isto é, um *topos* mediador de vidas na cidade. É sobre essas experiências com a água que reflito a seguir.

Oficina no bairro Manoa: Colônia Santo Antônio

No dia 21 de fevereiro de 2025, uma sexta-feira à noite, participei da primeira oficina do Fórum das Águas naquele ano. Ela aconteceu na Igreja Católica Santo Antônio, que dá nome àquele território do bairro Manoa — zona norte de Manaus —, chamado Colônia Santo Antônio. Para chegar ao local, atravessamos a movimentada avenida Max Teixeira, para então alcançar o fundo de um vale, onde se localiza a comunidade religiosa. Por trás da igreja e das casas daquela rua corre um pequeno igarapé que faz parte da bacia hidrográfica do Mindu. A história da ocupação do território, hoje tido como urbanizado, remete ao estabelecimento de palafitas nas margens do igarapé, segundo contou um de nossos anfitriões durante o lanche após a oficina. As marcas nas paredes e os assoalhos elevados das casas mostram que a área sofre com inundações, o que depois foi confirmado pelos moradores.

Havia em torno de trinta pessoas na oficina, em sua maioria mulheres e idosas. Algumas estavam acompanhadas do marido e de crianças, todos praticantes na comunidade religiosa. Nosso objetivo naquela noite era debater o acesso à água potável, ou melhor, “o direito ao acesso universal à água e ao saneamento, para a manutenção da vida e da saúde das famílias”, como dizia um dos slides da apresentação realizada. O material utilizado durante as

oficinas — a animação curta-metragem *Avó Grilo*¹¹ e uma apresentação de slides — tratava sobre a situação do direito à água no mundo, no Brasil e em Manaus. Um dos objetivos do material era apontar aos comunitários que, por um lado, a água é um bem essencial à vida e à dignidade humana; por outro, em muitos lugares o controle do acesso a este bem é disputado por empresas privadas que reivindicam seu controle exclusivo.

Após o fim da apresentação da equipe do fórum, surgiram dúvidas e relatos de experiência dos moradores locais, a respeito dos serviços e infraestruturas da água privatizada. Um dos depoimentos que chamou atenção foi o de uma moradora que denominaremos Silvia.¹² Ela contou:

Às vezes a água vinha muito pouca e o que vinha não era água, era lama. Eu tirava foto. E estava comprando água direto, tanto pra tomar banho quanto pra beber. Às vezes a gente compra porque simplesmente a água não dá pra tomar; se a gente tomar, vai adoecer. Então eu tirei foto, fiz filmagem, e não vieram [a empresa concessionária de água e esgoto].

A moradora explica que, mesmo após repetidas tentativas de contato com a empresa — para resolver o problema da má qualidade da água na área —, não houve retorno. Então, tentou resolver a questão por conta própria, deduzindo que o problema poderia ser uma tubulação subterrânea entupida:

No dia em que paguei uns meninos lá na rua para escavarem e desentupirem por conta própria, recebi uma multa de quatrocentos e trinta reais. Vieram em pleno domingo. Na semana não vieram, mas

11 *Abuella Grilo*, 12 minutos, dirigido por Denis Chapon com animações de artistas bolivianos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DjL_PkLvlo4. Acesso em: 6 jun. 2025.

12 Optei por substituir os nomes dos interlocutores, a fim de proteger suas identidades e evitar possíveis transtornos envolvendo a concessionária.

vieram no domingo. Aí eu falei pra eles: “Vocês vão me multar?”. E eles: “Não, ninguém vai te multar nem nada”. Pelo menos resolveu pra mim, porque preciso de água. Quando foi no dia dezessete, veio essa multa. Eu liguei pra lá, reclamando, e fui tentar resolver, e tá aí a questão. Ou seja, você reclama, você tem as provas, mas eles não resolvem.

A passagem mostra como muitas vezes a má qualidade da água e dos serviços prestados levam moradores a tentar resolver os problemas de modo autônomo, já que, conforme foi dito durante a apresentação de slides e corroborado pelo público, “não existe a opção de viver sem água”. No caso relatado, a necessidade de intervir sobre as infraestruturas precárias do abastecimento de água acarretou uma multa à moradora. A multa, no caso, se aplica como penalidade à tentativa de resolução de um problema que não tem origem na residência da família multada, e sim na distribuição diferencial na cidade das infraestruturas de saneamento, sobretudo da sua manutenção.

Chama atenção também o caráter imprevisível e aleatório tanto da conduta dos trabalhadores da concessionária, quanto da multa em si: após acionada durante a semana para resolver um problema, a empresa não atende o pedido; no domingo, o dia menos esperado, funcionários aparecem, mas para fiscalizar; é dito que não haveria multa; a multa é emitida, e Silvia então enfrenta dois problemas (prejuízo material e falta de água). A multa então se soma à falta de água, ao risco de adoecimento e aos gastos com a compra de água mineral para o consumo doméstico. Silvia, ao tentar garantir que a água circule em sua comunidade e em sua residência, sofre um tipo específico de violência, que Rodgers e O’Neil (2012) chamam de infraestrutural.¹³ Essa violência se desdobra em outras, manifestadas na arbitrariedade das ações da empresa e das multas.

13 Para Rodgers e O’Neil (2012), violência infraestrutural trata das lógicas pelas quais infraestruturas precárias — como o abastecimento de água de má qualidade ou inexistente — atingem sujeitos e comunidades que já se encontram em uma situação de vulnerabilidade, aumentando as desigualdades já existentes.

O caso relatado evoca uma tendência observada nas outras oficinas e visitas a campo que realizei com o fórum: as mulheres são as principais responsáveis por manter o funcionamento das infraestruturas precarizadas da água. Isso também é reforçado nos trabalhos de Pierobon (2021) e Pierobon e Fernandes (2023), sobre o contexto de comunidades do Rio de Janeiro, onde a distribuição diferencial da qualidade dos serviços e das infraestruturas da água prejudica a gestão do tempo, do trabalho e dos cuidados com a casa, com crianças e com idosos. Estas são tarefas que em grande parte acabam ficando sob responsabilidade das mulheres, e isso aponta para a generalidade de uma dimensão generificada — e de classe e raça — envolvendo os conflitos relativos à água nas cidades brasileiras.¹⁴

Santa Etelvina e a Associação de Moradia Ana Oliveira

A missão pelo direito à água e ao Saneamento da Habitat Brasil visitou o bairro de Santa Etelvina no dia 3 de junho de 2024, quando fomos recebidos pela Associação de Moradia Ana Oliveira (Amao). Em uma roda de conversa realizada entre o pátio da sede da associação e a rua por onde trafegavam veículos e pessoas a pé, os moradores falaram sobre a água no local, denunciando sua má qualidade. Primeiro, a água chegava turva e barrenta nas torneiras. Após dias de reclamação com a concessionária, a água aparecia esbranquiçada devido ao excesso de cloro utilizado no tratamento. Sobre as interrupções no abastecimento, uma moradora definiu da seguinte maneira: “Aqui é assim. Um dia tem, cinco não”. Quando há água, e isso ocorre em horários bastante irregulares, esta chega sem pressão às pias, tanques e chuveiros.

14 O relatório da Habitat Brasil, sobre os impactos da falta de água e saneamento na vida de mulheres em cidades de quatro estados entre o norte e o nordeste do Brasil, chama de “patriarcado hídrico” (Habitat para a Humanidade Brasil, 2024b) a configuração segundo a qual são homens os CEOs das empresas concessionárias, os funcionários dessas empresas e os gestores do saneamento em geral, enquanto são as mulheres as mais impactadas com a falta de água.

Rafaele, de 39 anos, falou sobre as estratégias para obter água quando esse recurso não está próprio ao consumo ou quando falta. Ela relatou que uma das estratégias é encher garrafas pelos lugares por onde passa, quando existem fontes de água ou bebedouros (tais como a academia e o supermercado). Sua mãe, por exemplo, trabalha como diarista em um apartamento localizado no bairro onde os serviços prestados pela concessionária têm mais qualidade. Assim, ao ir trabalhar, ela leva uma garrafa que retorna cheia d'água para sua casa. Rafaele chama atenção para a impossibilidade de comprar água mineral de forma constante, pois isso gera impactos significativos no orçamento familiar.

No local há uma taxa cuja base é de R\$ 53,00 por 10 m³. No entanto, é comum que as famílias ultrapassem esse nível de consumo. Algumas pessoas relataram que recebem contas de água entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00, mas, segundo elas, esse valor não condiz com o volume de água realmente utilizado. Outro problema diz respeito à dupla cobrança aos moradores que têm poços artesianos em casa. Em Manaus, há uma taxa fixa pela utilização de poços artesianos, e em Santa Etelvina o valor é R\$ 35,00 ao mês. No entanto, a empresa instala hidrômetros nas casas que possuem poço, onde a água não deveria ser cobrada por consumo. Após instalados os hidrômetros, as famílias precisam pagar pela instalação do equipamento, e também passam a ser cobrado o valor de R\$ 53,00 por 10 m³.

Além desse tipo de cobrança acumulada, houve relatos sobre tentativas da empresa de fechar os poços existentes, de acordo com o que apareceu no depoimento da moradora Luiza:

E agora tá registrado no sistema que nós temos um poço. Mas eles já vieram três vezes fechar o meu. Só não fizeram porque eu não deixei, mas da vizinha do lado fecharam, porque ela deixou. E eles dizem: “A água não presta, a água não é tratada”. E eu digo: “Moço, criei os meus filhos — tá aí minha filha com 31 anos, e o meu filho vai fazer 37 — com essa água daqui, cacimba feita de tábua”. Hoje em dia ela é tratada e feita de alvenaria, toda rebocada, tem a tampa, e eles querem dizer que a água é contaminada! Pior é a água deles, que vem desse jeito aí.

O conflito passa pelos contrastes sobre as concepções de pureza e perigo (Douglas, 1991) envolvendo a água por parte da empresa e dos moradores, por onde operam classificações sociais de origem, classe e raça. No entanto, o conflito também envolve a imposição da racionalidade e do controle da empresa sobre as formas de gestão e consumo da água nas comunidades. Um morador contou que a rede de abastecimento de água da concessionária só chegou ao bairro em 2012. Anteriormente, o bairro havia sido uma ocupação “irregular” e a escavação dos poços remete a esse momento histórico, como apareceu em uma das falas de Rafaele: “O poço da nossa casa é do tempo em que isso aqui era uma invasão.”¹⁵ O tempo da minha mãe, da irmã Elza, muita gente da comunidade mesmo, era o tempo da invasão”. Em outro momento, ela complementou: “Aqui na comunidade quase todo mundo tinha poço, aí eles saíram fechando. Hoje eles chegam, mesmo quem tem poço, e colocam o contador [hidrômetro]”.

Os diálogos mostraram que, após a instalação da rede de água em 2012, a empresa realizou uma campanha para o fechamento dos poços, persuadindo individualmente os moradores, com a promessa de que as novas infraestruturas supririam as necessidades das famílias. Hoje há poucos poços na comunidade, mas estes ainda desempenham um papel essencial na manutenção da vida e das relações entre vizinhos. Um desses poços é o de Luiza, que conta:

LUIZA: O meu poço, como a gente não tem condições de arranjar um outro lugar pra ele, ficou no meio do quarto. E nós fizemos uma cobertura pra ele, ele ficou dentro do quarto. Vou bater uma foto pra vocês verem. Todo no entorno, todo cimentado, tipo uma mesa redonda: tá lá o poço. Aí um detalhe: quando falta água pro pessoal

15 A academia e os movimentos sociais preferem o termo *ocupação*, como uma forma de se contrapor à criminalização das lutas pela terra e pela moradia no campo e na cidade. No entanto, em Manaus é comum que os moradores se refiram a seus territórios como “invasão”. Minha hipótese é que a palavra *ocupação* suaviza ou suprime a dimensão da violência e da resistência na luta pela moradia.

daquele outro bairro, Santa Teresa, o pessoal vai lá em casa, eu ligo minha mangueira, e eles levam água pra eles também. Porque eles me conhecem e sabem que eu tenho poço.

RAQUEL¹⁶: Fica bem no coração da casa...

LUIZA: Isso, fica bem no coração. Eu coloquei uma tampa, e fica dentro do quarto do meu neto.

A lógica de fechamento dos poços em Santa Etelvina remete ao tratamento dado às cacimbas por projetos de urbanização ocorridos no início do século XXI, em áreas mais centrais de Manaus. As cacimbas aparecem no trabalho de Lima (2021) como elementos da identidade territorial em bairros de baixa renda, ligadas à memória da migração, ocupação e conquista dos lugares para moradia. Programas recentes, como o Programa Social e Ambiental de Manaus e do Interior (Prosamin+), promoveram a erradicação das cacimbas existentes em boa parte de Manaus, evocando argumentos de ordem sanitária, sob um discurso de higienização e disciplinamento dos usos do solo e da água na cidade.

Da mesma forma, a experiência das integrantes da Amao com a água e seus conflitos com a empresa mostram as campanhas para fechar os poços como tentativas de controle e uniformização da relação com a água e, por conseguinte, da vida. Fica evidente o quanto a racionalidade da empresa é baseada na individualização do consumo, cuja legibilidade depende da presença das suas redes e equipamentos. Da perspectiva de moradoras como Luiza e Rafele, a gestão da água não se separa da gestão das relações sociais e de sua memória. As histórias dos poços conectam trajetórias de moradia e os gestos fundadores do território. Mais do que isso, as comunidades cultivam relações e o cuidado tratando a água como bem comum e, por isso, algo que deve ser compartilhado.

16 Meus agradecimentos a Raquel Ludermir e à equipe da Habitat para a Humanidade Brasil. Aguardamos ansiosamente seu retorno a Manaus.

Colônia Antônio Aleixo

A Colônia Antônio Aleixo também foi um dos bairros que recebeu a missão pelo direito à água e saneamento da Habitat Brasil, da qual participei acompanhando o Fórum das Águas. No dia 3 de junho de 2024, fomos recebidos na Paróquia Nossa Senhora das Graças por um grupo de moradores de três comunidades do complexo Antônio Aleixo: 11 de Maio, Nova Esperança e Bairro da Fé 2.

Na Colônia Antônio Aleixo, não há presença da empresa Águas de Manaus e nunca houve qualquer serviço formal público ou privado de abastecimento de água. Para os moradores locais, isso reflete as particularidades históricas do local, conforme sublinhou Seu Nonato, ao contar um pouco da história do bairro durante a reunião:

A Colônia Antônio Aleixo até 1978 era um hospital colônia. Em dezembro houve o processo de desativação do lugar. Os internos foram pras margens dos lagos e pra outros lugares. Aí 11 de maio de 1979 foi quando começou a comunidade 11 de Maio, por isso que o nome é 11 de Maio. O Canuto, o Laurinho, o Vicente, o Raimundo, as pessoas começaram a implantar suas residências. A 11 de Maio foi a primeira comunidade aqui do Complexo Antônio Aleixo. Aí em 1980 chega aqui o padre Ludovico Crimella, um padre visionário que vem fazer a desativação das colônias e organizar as comunidades. E um dos primeiros feitos dele foi a água. E, como naquele momento o pessoal tinha saído do hospital e tomava água da beira do rio e cacimbas, ele [o padre], preocupado com a situação, começou a buscar meios pra fazer o abastecimento de água potável. Aí começaram a fazer a perfuração de poços na comunidade e levar água encanada pras residências. Aí depois, foram surgindo outras comunidades, e foi crescendo a colônia. Hoje nós temos registrado de fato 11, mas, com mais algumas invasões aí, já tem 19 comunidades ao todo agora, na Colônia Antônio Aleixo.

O hospital colônia referido por Seu Nonato era um local onde se fazia tratamento de hanseníase. Para os moradores, a ausência do Estado e da iniciativa privada no abastecimento de água da região seria um indício

do preconceito ligado ao estigma da doença, que durante muitos anos permaneceu no imaginário da população de Manaus. Assim, o bairro ainda permaneceu por muito tempo isolado, mesmo após a desativação do hospital. Dando prosseguimento à história de como se configurou o sistema de abastecimento de água no local, Seu Nonato contou:

Aí, logo no início, o CSELA, que era o Centro Educacional e Social do Lago do Aleixo, era responsável pelo abastecimento de água de toda a colônia. Mas aí, depois de 1994, com o falecimento do padre Ludovico, chegou o padre Zé Maria Fumagalli. Com outra visão administrativa, ele descentralizou e criou as comissões. Cada comunidade criou a sua: comissão do 11 de Maio, comissão do Bairro da Fé 1, Bairro da Fé 2, comissão do Nova Esperança, da colônia propriamente, ali do Centro, e do Guilherme Alexandre. Aí cada comunidade dessa administra com a sua comissão [...]

Nós também do CSELA somos responsáveis pelo Bela Vista, que fica do outro lado [do rio]. E como é que começou lá? Depois que as pessoas fizeram sua moradia lá, não tinha água, só cacimba. E o que nós fizemos? Nós puxamos uma borracha pelo fundo da água do rio lá pro outro lado, pra entregarem água potável lá! E naquela época a irmã Severa e o Isaac, que era um funcionário, administrador e assistente social do CSELA, juntamente com o padre Hudson, hoje nosso [bispo] Dom Hudson, levaram água pra lá com a comunidade, fazendo todo o serviço de cavação, de instalação da água. Eles entraram com o material.

Os trechos acima transcritos mostram como, ao longo dos anos, associações de moradores do bairro desenvolveram estratégias autônomas, descentralizadas e comunitárias de gestão da água,¹⁷ em

17 Em Manaus, há outras experiências de gestão comunitária do abastecimento de água, mais ou menos bem-sucedidas, em áreas não contempladas com redes da concessionária. Entre as experiências de autonomia no Brasil, destacam-se aquelas mostradas no trabalho de Vedana *et al.* (2025), frente ao cenário de insegurança hídrica em Florianópolis (SC).

grande parte com estímulo da Igreja Católica no local. Durante a roda de conversa, Leandra, integrante do FdA e ex-moradora da comunidade Bela Vista, relembrou o dia em que água jorrou pela primeira vez em sua casa:

Isso aqui, na época, a gente conseguiu unir todo mundo. Aí não tinha e começou a vir a Caixa Econômica, o hospital, a UPA, a UBS. Isso ganhou uma dimensão [grande], porque o padre conversava com eles, com a gente, e tinha as comunidades católicas, pra trazer o poder público e as políticas públicas. Aí foi desenvolvendo água na Bela Vista [...]. Eu tinha 26 anos, este aqui tinha 6 [referindo-se a um morador sentado ao lado]. Aí a gente conseguiu, com o padre, realizar o sonho de todo mundo, que era ter água. E foi feita uma conversa com todas as forças e todas as religiões, e foi uma união muito bonita. A gente começou a escavar e conseguiu os poços que já existiam da prefeitura, que eram dois e estavam inativos. E o CSELA começou a perfurar outros e fez uma interligação. E aí, nesse dia, eu nunca me esqueço desse dia, todo mundo esperando, e o CSELA abriu os poços e chegou água na casa de todo mundo! E na minha casa também, que eu não tinha água. O meu filho, que tinha 2 anos, brincava embaixo do chuveiro: “Mãe, chegou a água!”. O pessoal tava porre (risos). Então foi uma coisa maravilhosa!

O depoimento emocionado de Leandra ajuda a entender que o sistema de abastecimento existente hoje é importante não apenas porque garante a autonomia das comunidades no presente, mas também porque remete às mobilizações que possibilitaram a urbanização da Colônia Antônio Aleixo de forma independente das estruturas do Estado, por meio do trabalho coletivo e de articulações com a igreja. A invenção do bairro depende da invenção dos poços e da identificação de seus moradores com o território, ao qual se vinculam pela água: a do Lago do Aleixo e a que corre pelas infraestruturas do abastecimento.

No bairro há poços perfurados que atendem a determinadas regiões. O valor cobrado pelo serviço de abastecimento é uma taxa

fixa que varia entre as comunidades, oscilando entre R\$ 45,00 e R\$ 50,00 por residência. O montante das taxas, explicaram os moradores, é utilizado para fazer a manutenção dos sistemas e testar periodicamente a qualidade da água em laboratórios particulares. Em casos como o da comunidade 11 de Maio, há funcionários de carteira assinada responsáveis pela gestão do abastecimento.

Ainda assim, há certo índice de inadimplência entre os comunitários. Os três gestores desse sistema que conversaram conosco contaram que muitas famílias não pagam pelo serviço. Segundo eles, a razão da falta de pagamento gira em torno da vulnerabilidade socioeconômica de algumas famílias e de outros problemas sociais. Como a gestão é organizada por grupos de vizinhos que se conhecem e convivem no bairro, as inadimplências são negociadas caso a caso, e, conforme os relatos, atualmente estão estudando a possibilidade de cobrar uma espécie de “tarifa social” das famílias mais pobres.

Em todo caso, explicaram que, mesmo que quisessem, não poderiam suspender o abastecimento de água dessas famílias inadimplentes, por duas razões principais. Primeiramente, em muitos casos a ligação com a rede de água fica no interior das residências. A segunda razão é que, para muitas famílias, a ligação está soterrada abaixo das casas, após múltiplas reformas sofridas pelo imóvel. Nesses cenários, não há muito a ser feito pela gestão local da água, que não utiliza estratégias de violência ou coerção para que os comunitários paguem pelo serviço. Logo, os moradores que pagam o fazem simplesmente porque consideram que é necessário. Nesses casos, como aponta a etnografia de Andrea Ballesterio (2019) sobre sistemas de abastecimento e precificação da água na Costa Rica, não há como quantificar o valor da água, pois ela expressa a própria vida. No entanto, as taxas pagas e seus valores referem-se ao trabalho e às relações sociais que garantem o acesso à água.

A experiência de autogestão da água na Colônia Antônio Aleixo certamente não está livre de contradições. Se os moradores conseguem se mobilizar para cuidar da água, o mesmo não se pode dizer do esgotamento sanitário, que permanece como desafio no bairro. Além disso, sistemas comunitários ou estatais não estão livres dos

dilemas inerentes à prestação de serviços, isto é, promover o direito humano à água e, ao mesmo tempo, operar com excedentes ou superávits que possibilitem qualidade e funcionamento do sistema a longo prazo. O exemplo retratado na etnografia de Ballesterio (2019) refere-se ao município de Cocles, na Costa Rica, onde há um arranjo misto: na sua base, o sistema é comunitário, e nele trabalham associações de bairro que fazem a medição do consumo de seus vizinhos e interagem com as infraestruturas de água locais. Na ponta, o consumo é calculado e quantificado por uma burocracia estatal regulatória, responsável por emitir os boletos e implementar políticas para evitar a “mercantilização” da água. Ainda assim, comunitários e burocratas de Cocles enfrentam desafios certamente presentes na Colônia Antônio Aleixo. Por exemplo: se de alguma forma a gestão da água exige trabalho e investimento, como estabelecer a distinção entre um preço justo e um preço abusivo? Como fazer reparos e manutenção das redes? Como obter recursos para investir em novas tecnologias? Como garantir justa remuneração aos funcionários, quiçá incrementar o quadro e, ainda, continuar operando mesmo quando as mensalidades esperadas não são pagas?

Na Colônia Antônio Aleixo, é comum que haja pressões da empresa concessionária para entrar no território e exercer o controle sobre os poços locais, pois o contrato com o município estabelece a outorga exclusiva da Aegea sobre a exploração da água em Manaus. Se a situação fosse interpretada com as lentes de Pierre Clastres (2003), poderíamos dizer que as comunidades são refratárias às ideias e práticas que considerem o abastecimento de água como uma experiência separada dos limites constitutivos da vida social no bairro. A entrada da empresa constituiria um poder externo, impessoal e de relações verticalizadas, enquanto o poder da gestão comunitária é diluído, horizontal e baseado em relações de vizinhança e convívio pessoal, ainda que passíveis de conflito e contradições. A privatização da água, por conseguinte, substituiria a figura do vizinho, comunitário ou associado por aquela do usuário. Clastres (2003) diria que o “múltiplo” das práticas e relações entre conhecidos seria dissolvido no “Um” do contrato de concessão e da racionalidade

empresa/Estado. A “mercantilização”, nesse caso, é um fantasma que se materializa na privatização da água do bairro. Sobre o conflito com a empresa, Seu Nonato questiona:

Aqui é água mineral. Você pode tirar da torneira e tomar. Nós somos defensores desse sistema porque nós temos 44 anos de serviço, 44 anos de uso dessa água, 44 anos que nós cuidamos dessa população, 44 anos que ninguém se preocupou se nós vivíamos, se existia vida aqui. Então são 44 anos que nós somos desprezados e agora lembraram por quê?

Considerações finais (por ora): urbanização como mobilização?

A pergunta deixada por Seu Nonato permite pensar em respostas que incluam mais do que os interesses econômicos da privatização da água. Após relatar os exemplos etnográficos observados na Colônia Santo Antônio, Santa Etelvina e Colônia Antônio Aleixo, fica evidente que a empresa e o Estado atuam contra a autonomia das comunidades. Isso se expressa, por exemplo, nas dinâmicas de presença/ausência da empresa no cotidiano dos moradores. Por um lado, a concessionária não oferece um serviço de qualidade e não executa as obras de infraestrutura nas comunidades, sendo nesse sentido ausente. Por outro, surpreende a recorrência de relatos nos quais a empresa aparece para fiscalizar, fazer vistorias e aplicar multas. Também chama atenção a relação estabelecida com o tempo: se provocada ou solicitada, a empresa demora para responder ao chamado. Ao mesmo tempo, as aparições dos funcionários para fiscalizar, multar e intimidar são repentinas e não anunciadas. Mesmo no caso da Colônia Antônio Aleixo, onde não há abastecimento pela concessionária, a presença da empresa paira como uma sombra que ameaça o sistema de gestão de água comunitário. Nesse sentido, a concessionária é ao mesmo tempo ausente e bastante presente no cotidiano dos moradores, que com ela não mantém apenas uma

relação de prestação de serviço, mas de seguidos conflitos, incompreensões, penalizações e ameaças.

As interações entre concessionária e comunidades permitem pensar processos de média e longa duração a partir dos quais se criam as causas e condições para o surgimento de soluções autônomas para os problemas da água (poços, sistemas de abastecimento comunitários, intervenções por conta própria), o que logo em seguida se torna um problema para a configuração Estado/empresa. Nesse sentido, as multas e ameaças penalizam as estratégias criadas pelas pessoas para garantir o acesso mínimo à água e à higiene nos casos em que as infraestruturas de saneamento não existem ou não funcionam. Esses episódios pressionam a separação entre o pessoal e o político nos processos de mobilização (Cefaï, 2009). A água é bem vital, cuja ausência altera as dinâmicas familiares, os cuidados com a moradia, com o próprio corpo e com crianças, doentes e idosos, sendo assim bastante pessoal. Ao mesmo tempo, seu acesso deficitário passa por camadas diferentes de obstrução e assimetrias, que incluem poderes públicos e uma empresa privada. A ideia de que o pessoal e o político se entrelaçam também evoca uma multiplicidade de esferas de justiça, em que se chocam as concepções de injusto, irregular e ilegal para a empresa e para as famílias. Enquanto para a empresa a água é um recurso e seus equipamentos são mediações técnicas pelas quais um serviço é prestado, para os moradores a água não se desvincula da vida e da memória da formação do bairro, orientada pelos valores da autogestão e autoconstrução. Nesse caso, os moradores são multados por fazer o que sempre fizeram, isto é, construir — literalmente — sua própria experiência material de cidade. Uma “política do próximo” (Cefaï, 2009) é atravessada por uma política de instituições alheias à vida social no bairro, fazendo regimes de justiça distintos entrarem em conflito.

Assim, observa-se o que Cortado (2022) discute como referente aos processos de urbanização sempre inacabados e diferenciais, isto é, a produção legal de ilegalidade ou a produção regular de sujeitos irregulares. Esse também é o argumento de Caldeira (2011) e Holston (2013), quando chamam atenção para o processo no qual novas

formas de cidadania e de direitos no Brasil democrático implicam tanto a violação de outros direitos quanto a proliferação de “incivilidades cotidianas”. Nos exemplos aqui apresentados, o direito à moradia, ao mesmo tempo que não garante o direito ao saneamento, cria a possibilidade de bricolagens infraestruturais (Cortado, 2022), isto é, a intervenção autônoma e criativa sobre os materiais e equipamentos pertencentes à empresa e ao município.

Nesse ponto, diferentes concepções de cidade, marcadas por formas distintas de engajamentos nas paisagens urbanas, estão contrapostas. Do ponto de vista da empresa/Estado, a cidade é um espaço funcional, que deve ser tornada legível e previsível com a supressão de usos não dirigidos e improvisações (Arantes, 2000), evitando também a reinvenção e criação das infraestruturas urbanas por parte dos habitantes. Esse olhar constrói a cidade como um objeto, e a urbanização seria nada mais que um estado desse objeto, uma condição alcançada. Por isso, qualquer evento ou prática fora desse enquadramento é visto como anomalia e exceção a ser corrigida.

Por sua vez, o olhar dos habitantes se coaduna com as reflexões de Abdoumalig Simone (2004), quando este discute os meios pelos quais pessoas se tornam infraestruturas. Assim, o autor ajuda a compreender a cidade como um processo de que seus habitantes sempre participaram ativamente. A urbanização, dessa perspectiva, não consiste em um estado de coisas, mas em um processo nunca terminado, no qual estão entrelaçados pessoas, objetos, tecnologias e território. Em Manaus, no passado e no presente, as pessoas têm se mobilizado para criar a cidade desejada ou a cidade possível na ausência ou precariedade dos serviços, construindo infraestruturas de água que atuam como parte de seus territórios, de seus corpos e de sua memória.

É nesse sentido recorrente que urbanização é mobilização social, quando a segunda faz parte das dimensões relacionais e processuais da primeira. Autores como Trindade Júnior (1998) já haviam chamado atenção para o papel dos movimentos sociais e grupos de moradores organizados na produção do espaço urbano, e Sandra

Helena Cruz (1994) já havia demonstrado a relação entre variadas dimensões da política envolvendo movimentos sociais urbanos na construção de bairros populares em Belém. Em trabalhos anteriores (Soares, 2016; Soares e Cruz, 2019; Soares, 2021) discuti sobre o modo como moradores da Bacia do Una em Belém precisaram usar seu capital social e político para garantir que seus bairros fossem urbanizados no contexto de um grande projeto urbanístico, a Macrodrenagem da Bacia do Una. Mesmo que as obras estivessem previstas, isso não significava que seriam de fato executadas e, em alguns casos, não foram. Nas áreas excluídas do escopo de obras do grande projeto, os interlocutores da pesquisa faziam o aterramento e o arruamento das comunidades erguidas sobre terrenos alagadiços, replicando o processo de formação dos bairros pobres em áreas baixas da cidade que caracteriza a expansão urbana de Belém na segunda metade do século XX. A urbanização, nesses casos, é um processo que ocorre *apesar das* políticas de desenvolvimento urbano, e sua materialização só acontece mediante mobilização social.

O desafio de uma antropologia da urbanização é refletir etnograficamente sobre esses processos. Isso implica examinar as narrativas individuais e coletivas envolvendo os processos de migração, de ocupação e de conquista dos territórios; as histórias de fundação dos bairros, bem como de criação e significação das paisagens de pertencimento; as transformações nas relações entre pessoas, águas e florestas urbanas (Soares, 2016, 2021). Mas também incluir pensar as formas como os habitantes da cidade se engajam na materialidade das infraestruturas que transportam e conectam pessoas, matéria e discurso, desvelando racionalidades em conflito, práticas de governo e relações de poder.

O trabalho do Fórum das Águas do Amazonas permite a visualização dessas conexões entre ecologia, vida, política e água no cotidiano. De um lado, o coletivo reflete sobre a necessidade de universalização do direito à água pela via da reestatização do saneamento, como uma forma de democratizar a política pública. A mobilização, nesse caso, atua sobre a captura do Estado, de seus agentes e do público em geral. De outro, as ações do FdA aproximam seus

integrantes de microprocessos de fazer cidade — mas nem por isso menos políticos —, a partir dos quais os sujeitos constroem sua autonomia junto com soluções mais ou menos improvisadas ou definitivas para fazer a água circular. Quando dizem “água e moradia não são mercadorias”, os membros do fórum nitidamente se posicionam contra o modelo privatista. No entanto, há outro sentido que remete à relação da cidade e das pessoas com a água. *Água-mercadoria* é a “água deles”, como pontuou Luiza. *Água-bem* é a água que se liga às dimensões sensíveis do vivido, movimentando-se pelas relações e compondo a vida social. É a mesma água que evoca sonhos de cidade e conecta as trajetórias de seus habitantes. Essa água não está à venda.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- AREB, Matheus V. *A cidade e as águas enquanto dimensão simbólica entre os habitantes do Igarapé de Educandos – Manaus/AM*. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.
- BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos*. Ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- BALLESTERO, Andrea. A future history of water. Durham: Duke University Press, 2019.
- BALLESTERO, Andrea. The Anthropology of water. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], n. 48, p. 405-421, 2019.
- CALDEIRA, Teresa. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2011.
- CEFAI, Daniel, Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado*. Rio de Janeiro: Cosac e Naify, 2003.
- CORRÊA, Silvia A. L. Do igarapé ao *rip-rap*: o processo de constituição da paisagem de um “lugar perigoso” em Manaus. *Ruris*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 18-48, 2022.
- CORTADO, Thomas J. *À beira da cidade: política e poética do loteamento*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2022.
- CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. *Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém: o bairro da Sacramenta*. 1994. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. *Missão pelo direito à água e ao saneamento*: Manaus. Habitat Para a Humanidade Brasil: Brasil, 2024a.
- HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. *Com sede de esperança: como a violação do direito à água e ao saneamento impacta a vida das mulheres brasileiras*. Habitat para a Humanidade. Recife: Habitat para a Humanidade Brasil, 2024b. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/com-sede-de-esperanca/>. Acesso em: 28 set. 2024.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LARKIN, Brian. Políticas e poéticas da Infraestrutura. *Antropológicas*, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 28-60, 2020.
- LIMA, Francisco F. *Manaus, a metrópole sobre as águas*. Os igarapés e cacimbas como elementos identitários. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.
- MARIÊ, Rita de Cássia V. D. *Encontro nas águas: os vários sentidos do banho de rio em Manaus e suas relações socioambientais*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária, 1966.
- PIEROBON, Camila; FERNANDES, Camila. *Cuidar do outro, cuidar da água: gênero e raça na produção da cidade*. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 37, n. 107, 2023.
- PIEROBON, Camila. *Fazer a água circular: tempo e rotina na batalha pela habitação*. *Mana*, v. 27, n. 2, p. 1-31, 2021.
- ROCHA, Ana L. C.; ECKERT, Cornelia. Nas trilhas de uma Antropologia da e na cidade no Brasil. In: ROCHA, Ana L. C.; ECKERT, Cornelia (orgs.). *Antropologia da e na cidade, interpretações sobre as formas da vida urbana*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013. p. 15-53.

- ROCHA, Ana L. C. Coleções etnográficas, método de convergência e etnografia da duração: um espaço de problemas. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9304>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- ROCHA, Sandoval Alves. A luta pela água na Amazônia: desafios e contradições do acesso à água em Manaus. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2019.
- RODGERS, Dennis; O'NEIL, Bruce. Infrastructural Violence: Introduction to the Special Issue. *Ethnography*, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 401-412, 2012.
- SIMONE, Abdoumalig. People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg. *Public Culture*, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 407-419, 2004.
- SOARES, Pedro P. M. A.; CRUZ, Sandra H. R. A ecologia política das inundações na Bacia do Una em Belém (PA). *Emancipação*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1-15, 2019.
- SOARES, Pedro P. M. A. 2016. *Memória ambiental na Bacia do Una*. Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA). 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.
- SOARES, Pedro P. M. A. Memória ambiental das águas urbanas na bacia do Una em Belém (PA). In: ROCHA, Ana L. C.; ECKERT, Cornelia (orgs.). *Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas*. Brasília: ABA Publicações, v. 1, 2021. p. 295-324.
- TSING, Anna. O antropoceno mais que humano. *Ilha*, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. Agentes, redes e territorialidades urbanas. *Território*, [s. l.], ano 3, n. 5, p. 31-50, 1998.
- VEDANA, Viviane; DEVOS, Rafael V.; ANJOS, Priscila O. Águas Alternativas. *ClimaCom - Manifesto das águas*, Campinas, ano 12, n. 28, 2025. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/aguas-alternativas/>. Acesso em: 26 jul. 2025.